

## **Especulações a respeito da noção de minoria<sup>1</sup>**

Marcio Acselrad<sup>2</sup>

Professor da UNIFOR – Universidade de Fortaleza e da FIC – Faculdade Integrada do Ceará.

### **Resumo**

O objetivo do presente trabalho é discutir o conceito de minoria a partir de uma perspectiva iluminista, portanto universal. Pretendemos demonstrar de que maneira a idéia de minoria se vê atravessada por uma visão identitária dicotômica e reducionista que contribui mais para a separação particular do que para a união universal a partir da oposição a uma suposta maioria, inexistente mas sempre imaginada e presente.

### **Palavras chave**

Minoria; iluminismo; universalidade; razão

O objetivo do presente trabalho é discutir o conceito de minoria a partir de uma perspectiva iluminista, entendendo-se iluminismo como um modo de ver e pensar as coisas, mais do que como um movimento histórico datado e, portanto, nada tendo a dizer aos que vivem no futurístico século XXI. Antes de mais nada, portanto, faz-se mister compreender a perspectiva iluminista da qual partiremos. Esta se encontra bem exemplificada na frase de Eric Hobsbawn:

Creio que uma das poucas coisas que nos separam de uma queda acelerada nas trevas é o conjunto de valores herdados do iluminismo do século dezoito. Não é uma concepção muito popular nesse momento, quando o iluminismo pode ser descartado como algo que vai do superficial e intelectualmente ingênuo até uma conspiração de homens brancos mortos usando perucas para fornecerem fundamento intelectual ao imperialismo ocidental. Pode ser ou não tudo isso, mas é também o único fundamento para todas as aspirações de erigir sociedades adequadas a todos os seres humanos que viverão em algum lugar desse planeta, e para a afirmação dos seus direitos humanos como pessoas.

---

<sup>1</sup> Texto enviado ao NP Comunicação e Cultura das Minorias do XXVII Congresso da Intercom.

<sup>2</sup> Mestre e Doutor em Comunicação pela UFRJ. Professor de comunicação da UNIFOR e da FIC e coordenador da pesquisa “Humor e Comunicação”. Endereço eletrônico: macsel@uol.com.br

Quais seriam então estes fundamentos? Todos são imprescindíveis para a realização da proposta iluminista e, conseqüentemente, não há hierarquia entre eles. Estão de tal forma imbricados que não é possível falar de um sem falar dos outros. Trata-se dos princípios de universalidade, individualidade, liberdade, autonomia, racionalidade. Vejamos.

Todos ser humano, independente de gênero, etnia, idade, ou teor de melanina, é um membro da espécie humana, e como tal goza de direitos inalienáveis. Tais direitos não dependem de classe social, riqueza, capacidade intelectual ou país de nascimento e incluem o direito à vida, à educação, à saúde, a prover os meios de sua sobrevivência de maneira digna e autônoma, a pensar como bem lhe aprouver e a ser capaz de tornar públicas suas opiniões. “A liberdade necessária à ilustração é a de fazer uso público da razão”, já alertava Kant em sua resposta à questão “O que é o iluminismo” (KANT, 1995, p. 13). O princípio de universalidade não visa substituir os vários direitos particulares mas antes complementá-los, aprimorá-los, fazendo com que progressivamente atinjam o grau de abrangência que permita a estes abarcar toda a humanidade, sem excluir indivíduo ou grupo.

O princípio de individualidade afirma que cada membro da espécie humana é único, absolutamente singular e insubstituível. O indivíduo não é o oposto da sociedade, mas seu complemento imediato e necessário, como bem provou Norbert Elias. Os indivíduos e a sociedade não são entidades estanques, mas apenas perspectivas diferentes de uma mesma instância. A sociedade é o resultado em parte aleatório do desenvolvimento dos próprios indivíduos. Sendo assim não se pode dizer que o indivíduo seja um meio para que a sociedade se promova e nem o contrário. Como diz Morin, é dos diversos egoísmos de milhares de indivíduos (e aqui não se trata apenas de indivíduos humanos mas de qualquer ser vivo que faça parte de um sistema) que surge a organização.

Nos termos de Sergio Paulo Rouanet, o princípio de individualidade é o ponto para onde convergem as autonomias econômica, política e intelectual. Sua existência deve consistir na capacidade de garantir a sobrevivência sua e dos seus; na possibilidade de participar da vida política de sua comunidade através das formas disponíveis pela sociedade de direitos, inclusive (mas não apenas) podendo votar e ser votado; na livre expressão de suas idéias sem que sofra quaisquer constrangimentos ou punições. O indivíduo deve ter plenas condições de realizar-se, de vir a ser o que é, de pensar por conta própria, de ser capaz de fazer suas escolhas e tomar suas decisões. Em suma, de ser um sujeito e um

cidadão. É o que Kant denomina “atingir a maioria”, isto é, deixar de depender dos outros para decidir como agir e pensar. Trata-se de uma tarefa das mais difíceis, que exige, mais do que competência, coragem.

O princípio norteador, sem o qual os outros não podem se efetivar, é o princípio de racionalidade. A razão é o norte, o leme, a luz. Sem ela é tudo discórdia e ignorância. É prudente alertar que o conceito iluminista de razão pouco (ou nada) tem a ver com a racionalidade que impera no mundo há pelo menos um quarto de milênio. Sob o pretexto de usar a razão, interpretando de forma preconceituosa as premissas iluministas, confundindo universalidade com o domínio de uma certa particularidade, supostamente mais esclarecida (mas no fundo apenas mais poderosa) sobre todas as outras, algumas nações se autoneomaram iluministas, porta-vozes da razão, e em seu nome pilharam e saquearam, como aliás continuam a fazer.

Esta suposta racionalidade, diz Edgar Morin, é irracionalidade disfarçada e em nada contribui para a constituição de uma sociedade mundial. “O desenvolvimento, noção aparentemente universalista, também constitui um mito típico do sociocentrismo ocidental, um motor de ocidentalização forçada, um instrumento de colonização de subdesenvolvidos (o sul) pelo norte” (MORIN in MORAES, 2003, p. 357). Curiosamente os hoje donos do mundo não necessitam mais se apoiar num discurso supostamente esclarecido e racional, bastando-lhes os mais baixos instintos humanos, o medo do outro e da diferença, para alavancar sua sanha de conquista e destruição. Mas digredimos...

O princípio de racionalidade é assim considerado como a capacidade de refletir, ponderar, perceber os próprios limites e os dos outros. A razão implica a compreensão de que não é possível constituir-se uma comunidade de seres humanos, seja de que tamanho for, se não forem respeitadas as premissas de universalidade e individualidade. Implica igualmente a compreensão de que ninguém, indivíduo ou grupo, é capaz de se sustentar ou progredir se não considerar a interconexão de tudo e de todos, a idéia de que as ações que realizamos têm repercussões e conseqüências, de que economia e ecologia só podem caminhar juntas, de que não se deve fazer ao outro o que não se deseja que façam a si. Em suma, noções absolutamente básicas, de simples compreensão, ingredientes do que se poderia chamar o bom e velho senso comum.

E no entanto são apenas palavras, com pouco efeito sobre a realidade. Aquilo que os niilistas chamam, torcendo o nariz, de uma ‘utopia’. Um olhar rápido sobre as manchetes de jornal ou um passeio sobre a realidade de Beirute, Ruanda ou Rio de Janeiro bastam para que percebamos a enorme distância entre o que é e o que deveria ser. Não apenas o caminho é longo como, tudo indica, ainda vamos na direção errada. Definitivamente, razão não é uma palavra muito presente nem muito bem vista neste estranho mundo em que vivemos.

Todos a criticam, apontam nela um certo ‘que’ de superioridade, de empáfia, de intelectualismo. E, supremo paradoxo, culpam-na pelas guerras e bombas, pelas tecnologias de destruição, pelo capitalismo selvagem e sabe-se lá pelo que mais. Alguns afoitos, gostam de apregoar sua morte. E já vai tarde! Festejemos o instante, o efêmero e passageiro. Dane-se o futuro ou a espécie humana. Que tudo se exploda em um belo espetáculo pirotécnico para que possamos assistir de camarote. É o niilismo que galopa, tendo a frente ninguém menos do que o próprio intelectual que pós-modernamente se arvora em apontar a razão como a raiz de todos os males.

Junto com a razão, morre também o indivíduo visto como ser pensante, capaz de decidir e participar. Quem precisa dele? Hoje há a figura do consumidor, alguém que é pura exterioridade, que se volta com atenção flutuante para o instante que passa, sempre atrás da melhor oferta e da última promoção. Alguém que é ninguém, um vazio ansiosamente atrás de algo que o preencha, ainda que momentaneamente.

Curiosamente o consumidor hoje é visto, entre outras coisas, como membro de uma minoria. Ele é, antes de mais nada, consumidor de uma identidade, daquilo que Suely Rolnik chama de “identidade prêt-à-porter”. Segundo a autora, deveríamos sempre fugir do conceito de identidade, seja da maioria, seja da minoria. A paisagem subjetiva contemporânea estaria hoje preta de identidades enrijecidas e conservadoras, cristalizações do que deveria ser uma potência de transformação. O paradoxo reside no fato de que, ao nos livrarmos da prisão da identidade tradicional, mergulhamos imediatamente em outras garras, buscando a todo custo uma nova identidade, uma nova roupa que nos sirva a perfeição, ao invés de apostarmos na potência inventiva da diferença. A autora alerta que

movimentos coletivos deste tipo são sem dúvida necessários para combater injustiças de que são vítimas tais grupos; mas no plano da subjetividade trata-se aqui

de um falso problema. O que se coloca para as subjetividades hoje não é a defesa de identidades locais contra identidades globais, nem tampouco da identidade em geral contra a pulverização; é a própria referência identitária que deve ser combatida, não em nome da pulverização (o fascínio niilista pelo caos), mas para dar lugar aos processos de singularização, de criação existencial, movidos pelo vento dos acontecimentos. (ROLNIK, 1996)

Por sua vez, Sergio Paulo Rouanet compara este pensamento identitário contemporâneo à síndrome que acometeu o célebre Don Quixote de la Mancha. A loucura de Quixote é descrita como “a prevalência de uma única identificação, feita com apenas um grupo de referência, a comunidade imaginária dos cavaleiros andantes” (ROUANET, 2002). Como consequência, sua personalidade reduziu-se a essa única identidade em detrimento de toda uma miríade de possíveis identificações, fazendo com que ele perdesse o juízo. Os quixotes (pós)-modernos estão espalhando por toda parte o pensamento uni-identitário. Bombardeados com a exigência de tomar posições, partidos, lados, os homens se viram na obrigação de serem apenas árabes ou apenas judeus, apenas brancos ou apenas negros, apenas isto ou apenas aquilo. Algumas destas identidades tornaram-se inclusive assassinas, tamanha a incapacidade de dialogar com a diferença, que dirá de perceberem a semelhança por trás da mesma.

“As relações interpessoais foram substituídas por relações entre diferenças, congeladas em identidades: os seres humanos deixaram de dialogar enquanto sujeitos e passaram a se confrontar enquanto negros, judeus, mulheres ou homossexuais. Todos nós pertencemos naturalmente a vários círculos: somos cariocas ou paulistanos, brasileiros ou americanos, latino-americanos ou asiáticos, homens ou mulheres, brancos ou negros. O pensamento uni-identitário nos força a dar a um desses círculos a primazia sobre todos os demais. Em outras palavras, a personalidade é coagida a ter só uma identidade ou, o que vem a dar no mesmo, a se organizar sob o primado de uma identidade hegemônica.”. (IDEM, 2002)

Com base no que foi acima exposto, como é possível fazer uma leitura da noção de minoria a partir do pensamento iluminista? Como defender a noção de minorias étnicas, raciais, de gênero, etárias e outras mais a partir de uma perspectiva universal, de uma concepção de homem que considere a semelhança (entre todos) mais importante do que a diferença (entre os grupos). A diferença separa. A semelhança permite inclusive, mas não primordialmente, perceber o estabelecimento de uma diferença, desde que esta nunca se sobreponha àquela. O direito à diferença só passa a ser a principal bandeira a partir do momento em que se acredita mais na identidade (intra-grupos) do que na semelhança (entre

os grupos). O risco é cair-se numa querela identitária, num particularismo infindo, num discurso relativista e sempre parcial.

Preferimos trabalhar com a noção de minoria do filósofo espanhol José Ortega y Gasset, para quem minoria não é uma questão de classe ou grupo, não implica o pertencimento a entidades ou instituições, não depende de cor da pele ou lugar de origem. Para Ortega, minoria é o contrário, não de maioria mas de massa. E massa é “todo aquele que não se valoriza a si mesmo por razões especiais mas que se sente como todo mundo e, entretanto, não se angustia, sente-se à vontade ao sentir-se idêntico aos demais” (ORTEGA y GASSET, 1959, p. 59). Minoria, por sua vez, é todo aquele que se separa da multidão de homens iguais por razões essencialmente individuais, não sendo em absoluto forçado a tal. Sendo assim, as noções de massa e de minoria são consideradas como fatos psicológicos, como posturas opostas diante do mundo e da vida, e não como o simples pertencimento a grupos minoritários ou majoritários. A minoria para Ortega é uma forma de vida nobre, superior, que implica em exigir sempre mais de si mesmo. Não há pois uma classe ou grupo minoritário, uma vez que “a coincidência com outros que formam a minoria é secundária, posterior a se haver cada qual singularizado e é, portanto, em boa parte uma coincidência em não coincidir”. (IDEM, p. 58)

Mas talvez a melhor resposta iluminista à questão identitária das minorias seja dada pelo humor. Ninguém melhor do que ele para perceber que as diferenças não são, afinal, tão importantes assim, nada que não se resolva com uma boa piada. Ninguém para melhor aproveitar o que cada grupo, seja étnico, etário, de gênero ou até mesmo animal tem de ‘melhor’, ou seja, sua característica mais engraçada. Alguns, como os judeus, vão ao requinte de se ridicularizar a si próprios (antes que algum *goi* o faça). Neste caso, rir é mesmo o melhor remédio. O humor judaico permite a compreensão da diferença ao mesmo tempo em que propõe sua superação, leva o etnocentrismo tão ‘a sério’ que termina por universalizá-lo. “No fundo o que o humor judeu diz para todos é que a espécie humana é diferente das outras porque tem certas coisas que só acontecem com ela, *oi vei*”, afirma Luis Fernando Veríssimo. (VERÍSSIMO in SCLIAR, 1990)

O humor é sempre democrático, essencialmente livre e pode zombar de tudo e de todos. Nada é sagrado, nem mesmo Deus, nem mesmo a morte. Tudo pode e deve ser motivo de piada. Aquele que adota a atitude humorística, dizia Freud, olha para os outros

como um adulto olha para uma criança, “quando identifica e sorri da trivialidade dos interesses e sofrimentos que parecem tão grandes a esta última.” (FREUD, 1927, p. 191) E conclui: “O principal é a intenção que o humor transmite, esteja agindo em relação quer ao eu quer a outras pessoas. Significa: Olhem! Aqui está o mundo, que parece tão perigoso. Não passa de um jogo de crianças, digno de que sobre ele se faça uma pilhéria!” (IDEM, p. 194)

Trata-se de uma experiência de triunfo do narcisismo, de uma afirmação vitoriosa da invulnerabilidade do ego, que se recusa a ser afligido pelas provocações da realidade. Ao invés de revidar, de levar demasiado a sério os problemas, preconceitos, restrições de todas as espécies, o riso é capaz de fazer desmoronar mais facilmente o castelo dos dogmas e das certezas. Transforma sofrimento em prazer e alívio. Mostra a grandeza e elevação de quem sabe rir das adversidades, sua rebeldia, sua indignação e também sua criatividade, como é o caso deste diálogo entre um cego e um aleijado:

- Como é que você anda?
- Como você vê. (POSSENTI, 2002, p. 34)

O contrário do humor é a atitude politicamente correta, aquela que, na tentativa vã de proteger as minorias, acaba por paternalizá-las (coitado do ceguinho, coitado do aleijado), tirando destes indivíduos sua própria condição de seres humanos e transformando-os em seres inferiores, prejudicados pelas contingências que fizeram deles supostamente membros de uma minoria. Quando adotam uma atitude humorística diante de si e das adversidades, tais indivíduos se mostram superiores, membros do que Ortega chama de minoria, pois se recusam a ser infantilizados e inferiorizados.

Mas o humor é também e paradoxalmente uma atitude anti-narcísica, pois a primeira coisa que aprendemos com o humor é a não nos levarmos demasiadamente a sério. Nem a nós, nem aos outros, nem ao grupo a que supostamente pertencemos, nem ao mundo em que vivemos. Humor tinha Pirro quando, ao ser informado que as flechas do inimigo cobriam o céu replicou: “Melhor, combateremos a sombra”. Humor tinha o próprio Freud quando, ao ser obrigado a assinar uma declaração dizendo que não havia sido maltratado pela Gestapo, escreveu de próprio punho o comentário: “Posso recomendar a Gestapo a todos os meus amigos”.

Ora, com base no que foi acima exposto, a noção de minoria com a qual se costuma trabalhar não nos parece a mais adequada para representar os grupos ideologicamente menos poderosos. Ao contrário, representa uma postura de reatividade e vitimização, uma vez que tal conceito de minoria reputa-se a uma suposta maioria que, segundo afirma o pensamento iluminista, simplesmente não existe. Afinal, prega o princípio de universalidade, não existem majorias ou minorias já que todos os seres humanos devem ser considerados como membros da espécie humana, portanto a universalidade da espécie é mais importante do que as respectivas particularidades criadas e reforçadas pelos próprios grupos ditos minoritários. O princípio de individualidade reforça esta tese, já que, em última instância, cada indivíduo é uma minoria, por ser absolutamente único e insubstituível, e não como um elemento que pertence a um determinado grupo devido a sua cor de pele, gênero, idade, etc. Assim sendo acreditamos que a melhor postura diante desta questão ainda é a do bom e velho humor, que reduz todas as questões a picadinho, rindo e fazendo rir da ignorância dos homens, que só conseguem ver diferenças onde deveriam enxergar similitudes.



## Referências bibliográficas

- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FREUD, S. *O humor (1927)*. Volume XXI. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1980.
- KANT, E. Resposta à pergunta: que é o iluminismo? (1784) in *A paz perpétua e outros opúsculos* Lisboa: Edições Setenta, 1995.
- MORAES, D. (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. São Paulo. Record, 2003.
- POSSENTI, S. *Os humores da língua*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- ORTEGA Y GASSET, José *A rebelião das massas*. Rio de Janeiro, Livro Ibero-americano, 1959.
- ROLNIK, S. *Subjetividade e globalização*. Caderno Mais!, Folha de São Paulo. São Paulo, 19/05/1996.
- ROUANET, S. P. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ROUANET, S. P. *Mal estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ROUANET, S. P. *O castelo encantado*. Caderno Mais!, Folha de São Paulo. São Paulo, 10/11/2002.
- SCLIAR, M. et alii *Do éden ao divã: humor judaico*. São Paulo: Editora Shalom, 1990